

PLANO DE GOVERNO

Em frente, Campinas



Partido Verde Campinas

2020

**TEXTO BASE
para discussão**

Em frente, Campinas

Responsabilidade, Coragem e Esperança

Nossa Cidade

+ Unida + Criativa + Moderna

+ Sustentável e Humana

Plano de Governo 2021-2024

Partido Verde - Campinas

Introdução

Nos próximos anos pós-pandemia do coronavírus, o prefeito de Campinas terá um grande desafio: governar nossa cidade em um período de significativas mudanças, com desigualdades ainda mais evidentes, uma maior busca dos serviços públicos por parte da população que antes contratavam serviços particulares, em um cenário de queda de arrecadação.

A pandemia provocou uma aceleração em muitos processos. Tendências e questões debatidas há muitos anos, como o ensino à distância e o teletrabalho, foram "implementadas" de um dia para o outro. O novo prefeito deverá ter um olhar inovador em relação a essa realidade que se consolida.

A cidade passará por problemas que exigirão adaptabilidade e responsabilidade. Ao que tudo indica, cada cidadão, instituição e a sociedade como um todo, ou seja, cada um de nós individualmente e todos nós de forma conjunta enfrentaremos o maior desafio de nossa geração. Por isso, precisamos estar unidos.

A exemplo das árvores que no inverno rigoroso deixam suas folhas caírem e concentram suas forças no caule para superá-lo, as nossas energias, os nossos recursos e o nosso olhar deverão estar cuidadosamente atentos ao que é essencial. Mais do que nunca, a vida exigirá isso de nós - queiramos ou não.

Campinas, porém, não é uma cidade qualquer, e os caminhos para o enfrentamento dessa crise passam pelo fortalecimento de suas principais características como cidade polo de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, centro cultural, educacional, econômico, de saúde, dentre tantas outras qualidades que nos inspiram como cidadãos e admiradores da “Cidade das Andorinhas”.

Para isso, a competência administrativa do prefeito e sua equipe serão fundamentais para a boa condução de nossa cidade. Campinas precisará de alguém que busque e aponte para o caminho com realismo e esperança.

Teremos uma sociedade mais exigente e focada em temas como saúde, emprego, educação, mobilidade, meio ambiente, segurança e tantos outros que, necessariamente, passarão por adaptações e transformações. O futuro prefeito de Campinas terá o desafio de liderar esse processo com eficiência administrativa e

política. Sensibilidade social e uma visão estratégica de futuro serão balizadores necessários para o governo que se inicia.

Em função das restrições orçamentárias e dificuldades econômicas e sociais severas, precisaremos de um gestor público sério e experiente, com capacidade de tomar decisões céleres e que busque, com muito diálogo e criatividade, parcerias com entidades, empresas e instituições diversas para enfrentar os problemas.

O Partido Verde - Campinas apresenta neste Plano de Governo um novo modo de gerir a cidade, em que ações de planejamento e gestão possam privilegiar o desenvolvimento sustentável, que proporcionem uma qualidade de vida cada vez melhor aos campineiros, por meio de uma governança norteada por metas claras e monitoradas por indicadores, segundo os ODS- Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

A população de Campinas já superou muitas dificuldades para sermos hoje uma grande metrópole - essa é a razão de termos a Fênix em nosso brasão. Temos convicção de que, com os esforços de todos, superaremos os desafios que se descortinam.

Para isso, porém, entendemos que serão necessários princípios que nos direcionem corretamente quanto às especificidades do momento pelo qual estamos atravessando. Conscientes, porém, que novas ideias, sugestões e críticas podem surgir após a oficialização deste documento, gostaríamos de ressaltar a importância que conferimos à necessidade de seu aperfeiçoamento constante através de futuras contribuições da sociedade.

Por fim, o Partido Verde se apresenta à população de Campinas, na esperança de poder exercer a honrosa função de servi-la, tornando esse Plano de Governo uma realidade que beneficie grandemente a vida de todos em nossa cidade.

Princípios

1. **Moralidade** - seriedade e lealdade para com o povo de Campinas;
2. **Adaptabilidade** - compreensão de que o momento exige que nos concentremos no que é essencial;

3. **Criatividade e Resolutividade** - busca constante de novas formas, práticas e parcerias que consolidem os melhores resultados;
4. **Conectividade** - conexão e proximidade com a população, seus anseios e com a realidade do município;
5. **Simplicidade Objetiva** - o interesse público é o alvo e deve ser atingido com a máxima celeridade e correção;
6. **Inovação Eficaz e Sustentável** - fazer melhor; com menos; em aperfeiçoamento constante;
7. **Sensibilidade Estratégica** - decisões na direção do que é prioritário e que terá maior impacto positivo para a cidade;
8. **Tecnicidade** - a capacidade técnica é critério indissociável à escolha dos cargos de livre nomeação, e o conhecimento técnico é elemento central nas decisões administrativas;
9. **Transparência Responsável** - dizer a população o que é possível e o que não é, sem jamais ludibriá-la com discursos fáceis e irresponsáveis;
10. **Integralidade Coletiva** - consciência de que, coletivamente, o melhor resultado para qualquer cidadão é aquele que é o melhor resultado para a cidade como um todo.

Índice

| | |
|---|----|
| Governança..... | 06 |
| Saúde..... | 10 |
| Educação..... | 13 |
| Desenvolvimento Econômico | 17 |
| Mobilidade Sustentável e Transporte..... | 22 |
| Habitação..... | 26 |
| Meio Ambiente, Saneamento Básico e Infraestrutura | |
| Resiliente..... | 28 |
| Segurança Pública | 33 |
| Esporte e Lazer..... | 36 |
| Cultura | 40 |
| Assistência Social..... | 44 |
| Firmas | 51 |

GOVERNANÇA

A Governança se fundamenta na articulação e diálogo entre o sistema político-administrativo e a população da cidade. O seu formato, porém, é dinâmico e foi acelerado pela pandemia do coronavírus, o que implicará na necessidade de maior utilização, por parte do poder público, de tecnologias e práticas que passaram a integrar o cotidiano da sociedade.

Queremos modificar a ideia de “poder público” para “serviço público”. E faremos isso estando mais conectados ao cidadão, seja por ferramentas tecnológicas eficazes e acessíveis, como pelo constante aprimoramento dos serviços municipais, em busca de maior excelência.

Aspecto importante do momento em que vivemos, é a possibilidade de interação popular, aquisição de informações e serviços por meios virtuais junto aos órgãos públicos.

Isso tudo, além de facilitar, traz economia, da mesma forma que a busca pela simplificação dos processos internos dos órgãos da prefeitura que deve passar pela integração de dados de modo a estarem disponíveis aos diversos órgãos sem redundância e com maior eficiência.

Por fim, a remodelagem das formas de trabalho, serviços e gestão de pessoas; a gestão séria e profissional baseada em indicadores e na busca de resultados concretos, serão nossas aliadas na perspectiva de melhorar a qualidade de vida de Campinas.

Propostas:

- ❑ Considerar a Agenda 2030 da ONU, na perspectiva da territorialização dos dados como forma de refinar o conhecimento sobre a realidade socioambiental e econômica das regiões e bairros da cidade;
- ❑ Unificação dos limites e nomenclaturas regionais e distritais no âmbito das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, e instituição formal de intersetoriais regionais em integração com as Políticas de Educação, Saúde,

Trabalho, Habitação, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, dentre outras;

- ❑ Modernizar e otimizar a interação do cidadão com a prefeitura, através do fortalecimento de rede social aberta com inteligência artificial para otimizar recursos humanos e aperfeiçoar o acompanhamento de demandas e manifestações sobre a qualidade dos serviços públicos municipais, para que sejam tomadas as providências necessárias;
- ❑ Garantir uma Ouvidoria e Controladoria bem estruturadas e apoiadas por auditoria externa contratada para acompanhamento dos serviços municipais;
- ❑ Dar apoio aos conselhos municipais e privilegiar elaboração de normas e ações estruturantes antecipadas de oficinas, audiências ou consultas públicas, com participação dos cidadãos ampliada pelo uso das novas tecnologias, como a transmissão *on-line* de reuniões;
- ❑ Buscar a participação efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para as atividades profissionais e de liderança em todos os níveis de tomada de decisão;
- ❑ Eliminar a corrupção e o suborno em todas as suas formas, criando um sistema de combate permanente e intensivo à corrupção, por meio da Controladoria Geral do Município e com base na total transparência dos dados e ações da gestão pública;
- ❑ Criar Conselho Campinas Sustentável, de Transparência e Gestão com ampla representação social, articulação com os Conselhos existentes e reuniões trimestrais, transmitidas *on-line*, para o acompanhamento das contas e dos indicadores e metas da administração;
- ❑ Estabelecer o uso efetivo do nosso sistema informacional único, o IMG (Indicadores e Metas de Governo), por todas as pastas para que se tenha o planejamento estratégico e a gestão baseados nos indicadores e metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de metodologias e experiências como as do Programa Cidades Sustentáveis (PCS) e com rotinas administrativas definidas para a adequada sistematização e coleta de dados com vistas ao cálculo periódico dos indicadores;

- ❑ Utilizar a tecnologia para estabelecer mecanismos de democracia direta com consultas periódicas aos cidadãos;
- ❑ Instituir o Comitê de Tecnologia de Informação e Comunicação Participativo (CTICP), com a tarefa inicial de elaborar e implementar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), o qual estabelecerá diretrizes e metas a toda a administração direta de forma a uniformizar tecnologias e procedimentos;
- ❑ Tornar a página da Prefeitura mais moderna, amigável e intuitiva, possibilitando o acesso facilitado aos serviços da prefeitura;
- ❑ Acelerar o inadiável processo de implantação de fibras óticas em toda a cidade, interligando todos os órgãos e equipamentos da prefeitura e os da administração indireta, permitindo, o futuro uso de IOT (internet das coisas);
- ❑ Informatizar todos os serviços públicos da prefeitura e aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação, inclusive ampliar “*Wi-Fi Livre*” nos espaços públicos;
- ❑ Divulgar os instrumentos previstos pela Lei de Acesso à Informação por meio de *Cartilha da Informação Virtual* com os meios para se obter toda e qualquer informação sobre o município, de interesse individual ou coletivo, sem prévia justificativa;
- ❑ Rever, por meio do *Programa de Racionalização* - de coordenação centralizada - as atribuições das Secretarias, com o objetivo de enxugar a estrutura da administração pública por meio da junção de áreas que realizam trabalhos com sobreposições, de forma desconectada e com prejuízo à produtividade;
- ❑ Reorganizar e informatizar processos com objetivo de eliminar subjetividades, em especial em processos de aprovação urbanística;
- ❑ Regulamentar a destinação dos imóveis próprios do município, com o levantamento das informações sobre aluguéis pagos, de modo a se obter a otimização dos usos e a redução de custos, por meio da centralização da gestão por parte do gabinete do prefeito;
- ❑ Garantir no pós-pandemia, na administração direta e indireta, a continuação do teletrabalho para atividades com metas individuais de produtividade e aplicações inovadoras das tecnologias a fim de assegurar a melhor qualidade de serviços, se necessário com escalonamento de horários de atuação presencial;

- ❑ Rever o Plano de Cargos e Salários, com novas carreiras e prestação de serviços, incluindo a isonomia salarial e trazendo os requisitos de capacidade técnica bem definidos para os cargos em comissão;
- ❑ A fim de alcançar o constante aperfeiçoamento dos serviços públicos, reformatar o sistema de avaliação do desempenho dos servidores para que seja transparente, efetivo e não mera formalidade, que possa resultar, por exemplo, em não efetivação de servidores em período probatório, quando for o caso, e em ganhos de produtividade;
- ❑ Fortalecer e modernizar a Escola de Governo (EGDS) e utilizar tecnologias de Ensino à Distância-EAD com metas para capacitar de forma continuada todos os servidores públicos para prestarem serviços de excelência;
- ❑ Estudar novas formas de capitalizar o instituto de previdência municipal a fim de garantir a permanência da contribuição previdenciária nos patamares atuais;
- ❑ Criteriosa exigência de *ficha limpa* para assumir cargos em comissão ou concursados;
- ❑ Redução de 50% dos cargos em comissão, com seleção por capacidade técnica e limite em lei de 2%, do número total de servidores na ativa, extensivo à administração indireta;
- ❑ Escolher os secretários municipais e demais gestores da administração indireta, observando-se a elevada qualificação técnica e experiência em gestão pública, valorizando os funcionários de carreira;
- ❑ Nos casos de similar formação e competência, priorizar, na nomeação de cargos de gestão e funções de chefia e assessoramento, as mulheres e pessoas com deficiência, assim como nas contratações por concursos, observada comprovada capacidade;
- ❑ Fortalecer a implementação da gestão integrada dos riscos de desastres entre níveis de governo para promover a resiliência, especialmente das pessoas em situações de vulnerabilidade e exclusão;
- ❑ Propor legislação específica que regulamente o processo de transição entre governos, de forma a garantir procedimentos adequados ao interesse público, com posterior regulamentação por Decreto, para serem aplicados na transição de 2024-2025.

SAÚDE

A área de Saúde em Campinas tem investido com avanços na construção e reforma de unidades. Agora, há que se aprimorar a sua estrutura interna, melhoras em gestão e controle, seja com equipes suficientes, insumos e medicamentos, dando condições para que o atendimento seja adequado ao processo saúde-doença e saúde-prevenção.

Como as saúdes animal, humana e do planeta estão interligadas devem ser consideradas de forma global no conceito de *Saúde Única* - esse é um grande ensinamento da pandemia do coronavírus.

A relação com as universidades, fortalecendo programas existentes e o programa de residência devem ser incentivadas, bem como o investimento em tecnologias que possibilitem exames à distância, permitindo um diagnóstico rápido visto que no cuidado da saúde toda providência ágil evita agravamento futuro.

A questão referente à disponibilização necessária de materiais e medicamentos é uma das mais importantes a ser enfrentada, uma vez que a falta destes nem sempre está diretamente relacionada aos investimentos de recursos financeiros para compra, mas sim, devido a fatores como: dificuldade do processo licitatório, a logística necessária para distribuição desses na rede de atendimento e a judicialização de medicamentos de alto-custo.

A complexidade do Sistema de Saúde leva a um processo progressivo de descentralização do planejamento e da gestão da Saúde, a fim de ampliar a sua capilaridade e abrangência, com ênfase na atenção básica, sendo seguido pelos serviços secundários próprios e posteriormente pelos serviços conveniados/contratados.

A valorização dos profissionais da saúde se faz necessária, bem como o acompanhamento par e passo para garantir o cumprimento das obrigações e a qualidade dos serviços prestados. A atração e manutenção de servidores para a área da saúde, principalmente médicos, é desafiadora e precisa ser aprimorada.

O envolvimento e a qualificação das equipes de saúde devem ser consolidados e ampliados para o fortalecimento da gestão plena do sistema no município, pois o

profissional da área de saúde é fundamental para que alcancemos as melhorias desejadas e possamos atender às demandas da população.

Propostas:

- ❑ A gestão da saúde deve ter seu foco na Saúde Única (ou Medicina da Conservação) que leva em conta as inter-relações entre a saúde de seres humanos, dos animais e meio ambiente, priorizando ações tais como ampliação da arborização, cortinas verdes como barreiras para ruídos, entre outras, de forma a melhorar a qualidade do ambiente urbano e prevenir doenças;
- ❑ Implementar ações continuadas que possibilitem o combate eficaz às pragas, doenças e desnutrição, que demandam planejamento de médio e longo prazos, principalmente quanto à dengue e à infestação de escorpiões e carrapatos;
- ❑ Promover espaços de convívio, tais como parques e praças, com disponibilidade de equipamentos e brinquedos que estimulem a realização de atividades esportivas, o que melhora a saúde e combate o sedentarismo e a obesidade de crianças, jovens e idosos;
- ❑ Prover as unidades de saúde com inovações tecnológicas, tais como prontuário eletrônico, cadastro e agendamentos por aplicativos, através da integração à rede municipal de fibra óptica, possibilitando, da mesma forma, o atendimento remoto por médicos especialistas;
- ❑ Consolidar a implantação do prontuário eletrônico em todos os equipamentos de saúde, de forma que possibilite ao usuário da rede municipal ser atendido em qualquer unidade, tendo o médico o acesso às suas informações, prescrições e exames anteriores;
- ❑ Trabalhar para a implementação do sistema eletrônico regional que permitirá o compartilhamento de despesas com os municípios que utilizam do sistema de saúde de Campinas;
- ❑ Analisar o uso de Inteligência artificial nos processos da secretaria;
- ❑ Implantar sistemas de atendimento remoto que irão permitir providências mais ágeis e imediatas;

- ❑ Oferecer condições de trabalho e acompanhar o cumprimento das obrigações por parte das equipes de saúde, que deverão atender a população de forma preventiva, no combate às doenças;
- ❑ Ampliar o *Programa Mais Médicos Campineiro* implementando equipes de clínicos gerais nos centros de saúde e pronto atendimentos da rede;
- ❑ Fortalecer as equipes de atenção básica de família, compostas pelo médico generalista, dentista, enfermeiro e assistente de enfermagem, para que o controle da saúde seja realizado territorialmente, atendendo os pacientes nas residências. Os médicos especialistas farão o atendimento secundário e deverão atender os pacientes nas unidades de atendimento, com o devido encaminhamento do médico generalista, que manterá o acompanhamento global dos pacientes, visando desafogar o atendimento terciário dos hospitais;
- ❑ Consolidar e ampliar os convênios e parcerias com as unidades educacionais de saúde, nas quais os formandos possam adquirir a formação e a experiência para a sua vida profissional, a partir da adequada supervisão e do atendimento territorial e familiar, atendendo às necessidades do indivíduo, considerando o seu aspecto biopsicossocial;
- ❑ Incentivar o aprimoramento constante das equipes da saúde, inclusive com ensino à distância e encontros virtuais, enfatizando a saúde básica, por meio do trabalho dos médicos generalistas, atuando junto às famílias, os quais encaminharão para os especialistas de acordo com a gravidade e urgência;
- ❑ Rever o processo de compra, armazenamento, controle e distribuição de insumos e medicamentos;
- ❑ Analisar a possibilidade da contratação da rede de farmácias particulares para a distribuição dos medicamentos receitados pelos médicos municipais, otimizando nossos recursos humanos, o processo logístico e de armazenagem;
- ❑ Contratar projetos de pesquisa envolvendo universidades, institutos de pesquisa, parques tecnológicos e startups, na busca de soluções para as necessidades locais da Saúde;
- ❑ Trabalhar por maiores repasses de verbas necessárias ao custeio da saúde junto ao Estado e ao Governo Federal.

EDUCAÇÃO

A educação, direito de todos, é um instrumento fundamental para a construção da democracia brasileira, para a afirmação da nossa cidadania e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Aos municípios compete, prioritariamente, a oferta da educação infantil, em creches e pré-escolas e do ensino fundamental, sendo esta competência compartilhada com os Estados.

A gestão educacional participativa e democrática é adotado efetivamente em Campinas mediante a participação dos diferentes segmentos nos conselhos, comissões e grupos de trabalhos, fortalecendo a busca e efetivação do trabalho de qualidade e de responsabilização mútua, dando voz a todos os atores envolvidos. As tecnologias hoje favorecem a ampliação e maior participação de pais e alunos e devem ser consideradas como uma porta importante para as mudanças necessárias.

Campinas tem reduzido o déficit de vagas em creches, mas ainda existe um caminho a se percorrer para equacionar a questão de disponibilidade de vagas nos ensinos infantil e fundamental.

As perspectivas de uma crise econômica crescente com a consequente migração de alunos das escolas particulares para as municipais e as dificuldades das cidades brasileiras em relação ao déficit de professores e demais profissionais da educação, agravarão o panorama nesta área. A necessidade de adequações é evidente.

Precisamos alavancar a economia e o emprego e nisso a educação tem papel central. Além do foco nas creches em período integral, ensino fundamental com qualidade e quantidade suficientes, com disponibilidade de atividades extracurriculares no contra período cursos profissionalizantes voltados às novas profissões emergentes e para o uso de novas tecnologias, que sinalizem uma absorção pelo mercado futuro, o qual inclusive deve possibilitar uma melhor remuneração.

Esse plano para a educação será implementado de forma descentralizada com planejamento anual contemplando diferentes cenários, a fim de que os recursos destinados à educação sejam aplicados de forma consciente e efetiva.

Propostas:

- ❑ Valorizar a educação pública e democrática, onde professores, estudantes e funcionários são envolvidos na gestão da escola;
- ❑ Efetivar políticas públicas de educação com embasamento nos preceitos da sustentabilidade, tais como o equilíbrio entre a economia, a cultura, o atendimento às demandas sociais e a preservação e recuperação do meio ambiente;
- ❑ Trabalhar para uma progressiva melhoria de nossa posição no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);
- ❑ Promover e consolidar as iniciativas para o desenvolvimento de atividades de ensino e capacitação à distância, voltada tanto a docentes como a alunos, a princípio como atividade complementar e, em situações emergenciais como as vividas na pandemia, como alternativa às atividades presenciais e implementar projeto de capacitação digital para alunos com acesso a internet de boa qualidade e equipamentos necessários;
- ❑ Trabalhar por maior autonomia financeira às unidades escolares através do programa Conta-Escola, que terá recursos ampliados e a provisão de assessoria contábil, de modo a aperfeiçoar o processo de prestação de contas;
- ❑ Viabilizar a participação das escolas no processo de escolha para as compras centralizadas, levando em consideração as reais necessidades das Unidades Escolares e dando maior transparência ao processo;
- ❑ Trabalhar no sentido de zerar o número de analfabetos absolutos e diminuir significativamente o índice de analfabetismo funcional;
- ❑ Aprimorar o sistema de compra de vagas de creches da iniciativa privada;
- ❑ Implementar parceria para utilização dos imóveis de entidades religiosas - cuja ocupação consiste aos sábados e domingos - visando sua utilização como creches ao longo da semana;
- ❑ Ampliar a oferta de vagas em creches através de reestruturação, ampliação, reformas das unidades já existentes ou construção de novas;
- ❑ Garantir a universalização da pré-escola, que atenda todas as crianças de 4 e 5 anos, cumprindo as recomendações do Plano Nacional de Educação (PNE);

- ❑ Ampliar, a implantação de escolas de período integral, de forma progressiva, abrangendo o ensino infantil e o fundamental, visando uma educação mais ampla e diversa;
- ❑ Garantir o atendimento das crianças e adolescentes com necessidades especiais dentro do ensino fundamental, por meio da adequação do espaço físico às condições de acessibilidade e aprimoramento da gestão do corpo docente especializado;
- ❑ Usar a tecnologia para potencializar e ampliar o alcance de nossos professores, agentes e especialistas, enfrentando, assim, o déficit de recursos humanos e a provável migração de alunos para a rede municipal em consequência da pandemia;
- ❑ Adicionar a disciplina de educação financeira no contra turno, buscando preparar os alunos para uma gestão financeira doméstica;
- ❑ Aos moldes do que acontecia com grande êxito no passado através do canto coral, levar o ensino de música às escolas municipais;
- ❑ Aprimorar as condições de trabalho das equipes educativas, de modo a minimizar os fatores de afastamentos e readaptações;
- ❑ Ampliar a participação dos profissionais de educação em cursos de pós-graduação, mestrado, doutorado e pesquisas, promovendo parcerias com universidades e núcleos de pesquisa;
- ❑ Aprimorar a capacidade de gestão de todo o corpo de diretores e administradores da rede municipal através de programa de ensino à distância (EAD);
- ❑ Diversificar as formas de avaliação dentro das unidades escolares, considerando a visão dos pais, alunos e professores;
- ❑ Criar condições para que todas as unidades escolares municipais tenham sua comissão própria de avaliação constituída e atuante;
- ❑ Envolver o Centro de Educação Profissional de Campinas (CEPROCAMP) e o Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CEPAT) no processo das novas profissões e no desenvolvimento de capacitações e ensinamentos profissionalizantes, inserindo essas habilidades nas ações já realizadas por esses espaços, com foco nas tecnologias da informação e demais inovações, provendo profissionais aptos

a corresponderem às necessidades das empresas e do mercado de tecnologia e demais vocações da região;

- ❑ Articular ações complementares de profissionalização, com apoio de todo o *Sistema S* (Senac, Senai, Senat, Sesi), entre outras instituições de ensino reconhecidas;
- ❑ Diversificar as atividades dos telecentros do programa Juventude Conectada e reorganizar espaços e salas de informática para que estejam disponíveis às escolas e comunidade do entorno, promovendo capacitações tecnológicas;
- ❑ Zelar pela segurança das escolas com instalação de câmeras, com capacidade de captar imagens do período noturno e conectadas a alarmes sonoros, interligadas ao CIMCamp em todas as unidades da rede e monitoramento em parceria entre a Guarda Municipal e a Secretaria de Educação;
- ❑ Garantir a qualidade, quantidade e variedade na alimentação escolar.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O principal objetivo do desenvolvimento é a promoção do bem-estar desta e das futuras gerações. Assim, as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental devem combater os problemas de pobreza extrema, subnutrição, marginalização social, privação de direitos básicos, carência de oportunidades, entre outras situações que impedem as pessoas de viverem minimamente bem.

Poucas cidades têm a condição de Campinas para liderar o avanço de CT&I em diversas áreas (informática, saúde, comunicações, materiais, energia). Vários equipamentos de grande importância no contexto nacional, e até internacional, encontram-se na cidade, desde a Unicamp até o Sirius, passando por diversas ações e empresas privadas. Eles representam saber acumulado, equipamentos de última geração e pesquisadores de nível internacional.

O desenvolvimento com sustentabilidade é uma bandeira que a cidade pode carregar, justamente porque conhecimento e inovação estão presentes na nova economia limpa. Essa bandeira se traduz em empregos qualificados, inovação com ganhos de produtividade, importância no cenário nacional e geração de renda. O objetivo é ter políticas voltadas para o avanço de atividades com grande valor agregado, conteúdos inovadores e intensivas em conhecimento.

Como o poder público tem a responsabilidade de amenizar os efeitos das oscilações das atividades econômicas para o bem da coletividade, os municípios devem fazer o que estiver ao seu alcance para estimular localmente o emprego e a renda, não obstante a dependência das políticas macroeconômicas em âmbito federal.

Entre as cinco grandes áreas de atividades (serviços, comércio, indústria, construção civil e agropecuária), o setor de serviços - o que mais empregou e emprega trabalhadores no município - foi o mais atingido em função da pandemia do coronavírus. Ações que induzam a criação de empregos e a recuperação do setor devem ser priorizadas.

O Plano Diretor e a política tributária são algumas opções à disposição do Município para induzir um desenvolvimento sustentável e distributivo. Ao orientar a ocupação do solo urbano, o Plano Diretor também funciona como um indutor ou

inibidor do crescimento urbano, qualificando o desenvolvimento econômico e social do município.

O Plano Diretor definiu como áreas estratégicas de desenvolvimento socioeconômico do município três Polos: o Aeroporto Internacional de Viracopos, a Unicamp/CIATEC II e a área central do município. A atração de empresas a partir da estruturação dos polos tecnológicos, centros de pesquisa, articulação dos atores científicos, arranjos econômicos locais inovadores e o estímulo ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) são necessários para o novo ciclo de desenvolvimento e fator indutor da absorção de profissionais da área da tecnologia, bem como da construção civil para sua infraestrutura.

A política tributária é outro importante fator ao sobretaxar determinados bens e setores que o governo considere supérfluos ou até nocivos, e subsidiar outros que sejam essenciais e/ou indutores de um desenvolvimento mais sustentável.

Considerado todo o conhecimento e importância de nossas instituições, como por exemplo o IAC e o LANAGRO, o setor agroalimentar campineiro não pode ser desprezado quanto ao potencial de oferta de alimentos para a economia local, dada a sua importância para a geração de emprego e renda.

Todavia, para estimular a atividade rural (que não inclui somente a agricultura, mas também a indústria de alimentos e máquinas e equipamentos agrícolas) alguns desafios devem ser enfrentados, a exemplo do abastecimento de água, segurança pública, depósitos irregulares de lixo e melhora da conservação de estradas rurais, com técnicas adequadas para diminuir manutenção e impactos ambientais como, por exemplo, os assoreamentos.

Propostas:

- ❑ Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico Pós-Pandemia - *Green New Deal 2050* - com a efetiva participação de todos os setores, que fará a análise e a proposição dos mecanismos e ações para a recuperação da economia com foco nas vocações da cidade;

- ❑ Aprimorar a gestão do entorno de Viracopos objetivando a futura Cidade Aeroportuária para atração de empresas para essa privilegiada região logística, bem como buscar junto aos órgãos estaduais e federais a concretização de projetos viários e ferroviários que ofereçam suporte ao movimento de cargas e passageiros;
- ❑ Elaborar amplo estudo com vistas a detectar os setores e atividades que mais empregam mão-de-obra (em relação à riqueza gerada) de forma a criar incentivos monetários e não monetários a esses setores;
- ❑ Elaborar estudo semelhante para identificar os setores e atividades que menos consomem recursos naturais e que também geram menor quantidade de efluentes e resíduos, de forma a estimular essas indústrias consideradas mais limpas, que contribuem para uma melhor qualidade de vida da população e também com a redução dos custos do poder público com ações reparatórias da poluição difusa, principalmente com a redução de custos da saúde pública;
- ❑ Avaliar a redução das alíquotas do ISS para serviços melhor classificados nos levantamentos acima, bem como para serviços que promovam a melhoria da qualidade ambiental no município, como coleta e reciclagem de lixo e rejeitos, tratamento de efluentes, projetos de reflorestamento e serviços de limpeza e desassoreamento de rios, lagos e represas;
- ❑ Estimular - mediante incentivos tributários e em respeito ao Plano de Diretor e a Lei de Uso e Ocupação do Solo - a instalação de empresas nas áreas mais periféricas da cidade e nos distritos recém-criados, como forma de facilitar o emprego da mão-de-obra local;
- ❑ Estimular o comércio local e as novas centralidades, visando desenvolvimento das regiões e a redução do trânsito;
- ❑ Fomentar a revitalização da área central a partir de ações que estimulem a convivência social, seja no período diurno como no noturno;
- ❑ Fortalecer o órgão de relações internacionais para ampliar as parcerias de cooperação entre municípios em âmbito internacional, possibilitando acesso às oportunidades de financiamento para políticas públicas municipais inovadoras, bem como no sentido de divulgar a cidade e atrair investimentos de empresas identificadas com suas vocações;

- ❑ Incentivar a implementação dos Polos Estratégicos de Desenvolvimento previstos no Plano Diretor, de forma a aproveitar o potencial econômico existente, em geral ligado a alta tecnologia, logística e transporte;
- ❑ Trabalhar para a concretização das novas instalações do Polo de Alta Tecnologia I, atraindo empresas, *startups*, laboratórios e institutos de desenvolvimento;
- ❑ Fomentar o desenvolvimento de incubadoras e startups nos dois Polos de Alta Tecnologia do Município, incentivando, principalmente, as contribuições que minimizem mudanças climáticas e desenvolvam energias renováveis;
- ❑ Aprimorar os programas existentes de recolocação e requalificação profissional - como o Centro Público de Apoio ao Trabalhador (CPAT) - de forma a adequar as qualificações profissionais de quem procura emprego às necessidades e exigências do mercado de trabalho reduzindo o tempo de desemprego dos segmentos mais vulneráveis;
- ❑ Fortalecer parcerias da prefeitura com outras entidades, como universidades, empresas privadas, entidades do Sistema S e outros, com vistas a oferecer cursos profissionalizantes gratuitos, principalmente para o primeiro emprego ou mesmo para microempresários;
- ❑ Promover a geração de trabalhos através do plantio de árvores a fim recuperar as Áreas de Preservação Permanente, viabilizar os corredores ecológicos e os parques lineares do Plano Municipal do Verde;
- ❑ Consolidar, através de cooperativas, o programa de hortas comunitárias em áreas públicas ou particulares, mediante incentivos e em parceria com o Departamento de Parques e Jardins e a Secretaria de Assistência Social;
- ❑ Fomentar a criação de cooperativas de mão-de-obra para a instalação de tijolos ecológicos fornecidos pela Usina Verde através do Programa Calçadas, visando amenizar o desemprego gerado pelo coronavírus;
- ❑ Reforçar as vantagens competitivas naturais da cidade através dos incentivos à inovação e produtividade, atraindo empresas líderes e trabalhadores com alta qualificação;
- ❑ Apoiar o micro e pequeno empreendedor ofertando soluções de financiamento como Banco do Povo e microcrédito, para estimular a formação de pequenas

empresas altamente produtivas e com grande capacidade de inovar e se adaptar às rápidas mudanças das trajetórias tecnológicas trazidas pela Economia 4.0;

- ❑ Incentivar a criação de *agritechs* utilizando os Polos de Alta Tecnologia em parceria com universidades e o Instituto Agronômico de Campinas objetivando o desenvolvimento de novos produtos, equipamentos e serviços;
- ❑ Trabalhar para concluir os processos de Concessões/Parcerias Público Privadas em curso: Iluminação, Lixo e Transporte, de modo a acelerar, a partir de investimentos previstos, a retomada econômica pós-pandemia.

MOBILIDADE SUSTENTÁVEL E TRANSPORTE

O transporte é um fator importante no contexto do desenvolvimento sustentável devido à pressão que exerce sobre o meio ambiente, seus impactos econômicos e sociais e seus vínculos com outros setores.

Em uma cidade com quase 800 quilômetros quadrados de área e mais de 1,2 milhões de habitantes, a qualidade da mobilidade urbana é de grande relevância no cotidiano de seus habitantes e visitantes.

O aumento de carros nas cidades é uma grande preocupação face à poluição do ar, aos problemas para a saúde humana e o bem-estar da população e acaba aumentando o tempo dos deslocamentos diários.

Campinas elaborou seu Plano de Mobilidade Urbana baseado no conceito *DOT* (Desenvolvimento Orientado ao Transporte), considerando que o crescimento da cidade deve ocorrer ao longo dos eixos estruturantes de transporte e não o contrário. Assim, grandes distâncias seriam percorridas através de tais eixos e as distâncias menores por meio de viário local, com modais de menor carregamento com ênfase na micromobilidade - bicicletas e patinetes - reduzindo as emissões de poluentes e ruídos urbanos.

Criar soluções de transporte sustentáveis é um dos maiores desafios que as cidades enfrentam atualmente, mas também uma grande oportunidade para o desenvolvimento de cidades com menos carbono intensivo;

Dessa forma, investir em transporte coletivo, micromobilidade e alternativas sustentáveis de deslocamento, a exemplo das bicicletas e de ônibus elétricos e de outras tecnologias não poluentes, é um importante ponto desse programa.

Propostas:

- ❑ Trabalhar no sentido da concretização da conexão do Aeroporto de Viracopos com o centro da cidade e a malha ferroviária, tanto para transporte de carga como de passageiros;

- ❑ Junto ao Governo do Estado e ao Conselho da Região Metropolitana de Campinas, desenvolver e implantar corredores de transporte para atendimento às demandas de transporte urbano intermunicipal;
- ❑ Promover gestão junto ao Governo do Estado para implantação do Trem Regional em áreas de interesse do município, considerando as orientações de uso e ocupação do solo e a integração com o transporte municipal;
- ❑ Trabalhar junto ao Governo Estadual para a instalação de vias marginais em todas as rodovias que cortam o município, facilitando a locomoção entre os bairros;
- ❑ Consolidar, junto a Governo do Estado e ao Conselho da Região Metropolitana de Campinas, a integração metropolitana efetiva do sistema de bilhetagem e do planejamento operacional;
- ❑ Garantir desde já a manutenção do Bilhete Único Municipal;
- ❑ Intensificar a fiscalização nos Corredores exclusivos;
- ❑ Ampliar os corredores exclusivos priorizando áreas com grande concentração populacional, quando possível com o uso dos leitos desativados da ferrovia;
- ❑ Ampliar a frota de ônibus híbridos e elétricos e outras tecnologias não poluentes;
- ❑ Implantar a *área branca* (livre de emissões de poluentes por ônibus) no centro da cidade;
- ❑ Ampliar e melhorar as condições de acessibilidade em todo o transporte urbano;
- ❑ Consolidar o caráter técnico na criação de linhas aos novos polos geradores de demanda;
- ❑ Otimizar o sistema de monitoramento via GPRS (sinal de celular instalado no veículo), que informam a localização do ônibus em relação à programação horária;
- ❑ Instalar painéis nos terminais, informando em tempo real a previsão de chegada do ônibus;
- ❑ Promover maior fluidez do tráfego com a instalação de semáforos inteligentes (IOT) que possibilitam, em tempo real, a atuação do equipamento em função do volume do trânsito;

- ❑ Ampliar o número de semáforos que serão operados de forma remota, adequando o tempo do equipamento em função do volume de tráfego;
- ❑ Promover a instalação de painéis nos principais corredores para transmitir aos motoristas informações sobre caminhos alternativos, ocorrência de acidentes, retenções, e mensagens educativas;
- ❑ Efetivar a ampliação do sistema de câmeras instaladas em locais estratégicos da região central e interligadas ao Centro de Controle Operacional (CCO), permitindo acompanhar o tráfego desta área, agilizando a solução de problemas detectados;
- ❑ Definir diretrizes para a circulação de cargas e produtos perigosos no município, especialmente quando próximos de aglomerados urbanos e recursos hídricos, com ênfase às áreas de proteção de mananciais;
- ❑ Consolidar a capacitação permanente das equipes técnicas de engenharia de tráfego, operação e fiscalização;
- ❑ Incentivar a utilização de modais de transporte sustentáveis e menos poluentes;
- ❑ Fomentar efetivamente a micromobilidade ativa através de sistemas de compartilhamento de carros elétricos e bicicletas por aplicativos;
- ❑ Viabilizar a instalação de bicicletários nos terminais de ônibus, prédios públicos, parques e escolas espalhados pela cidade;
- ❑ Implantar sistema de uso compartilhado de bicicletas (*bike sharing*) e de veículos automotores (*car sharing*);
- ❑ Implementar o Programa Calçadas levando acessibilidade às calçadas da cidade, estimulando o deslocamento do pedestre e contribuindo para a melhoria do trânsito, redução da emissão de poluentes e saúde da população;
- ❑ Estimular o *não transporte*, através de incentivos ao teletrabalho, tanto no poder público quanto na iniciativa privada;
- ❑ Aprimorar as condições para o ciclismo nas Áreas de Proteção Ambiental (APA) de Campinas;
- ❑ Consolidar as ações de conscientização e programas permanentes de educação para o trânsito, visando melhoria das condições de segurança e humanização das relações de conflito;

- ❑ Elaborar campanhas de conscientização para uso de equipamentos de proteção, cumprimento da legislação de trânsito e direção defensiva, para redução de acidentes com vítimas fatais, com atenção especial ao aumento expressivo da frota e acidentes com motociclistas que atuam em motofrete/*delivery*;
- ❑ Elaborar o cadastro de empresas motofrete/*delivery* a fim de reconhecer as que mais investem na segurança, fiscalizar e regular as condições de trabalho de entregadores por aplicativos;
- ❑ Definir ações prioritárias de pavimentação nos bairros a partir de critérios de densidade demográfica e antiguidade.

HABITAÇÃO

A pandemia nos confrontou da importância de moradias dignas sob uma nova perspectiva. Apesar do problema ser antigo, ele persiste na atual realidade brasileira e possivelmente será agravado por aqueles que não puderem arcar com seus aluguéis devido a crise econômica.

Novas formas de pensar a habitação popular serão necessárias a fim de enfrentarmos essa questão com eficácia.

Apesar da impossibilidade de o município arcar com custos de construção de habitações populares, ele deve buscar soluções inovadoras que contemplem a concretização desse direito do munícipe.

O modelo de usar as franjas da cidade - economizando no terreno, mas tendo gastos insustentáveis para levar infraestrutura e impactos inimagináveis em mobilidade - se mostrou um fracasso e não pode ser mantido. Em contraposição, os prédios do centro da cidade estão gradativamente sofrendo um esvaziamento.

Buscar adequar essas realidades, pensando na melhoria de nossa mobilidade e na revitalização da área central, bem como na utilização de sua já instalada infraestrutura, é caminho que devemos explorar.

Além disso é imprescindível Campinas enfrentar a situação das nossas favelas, ocupações, loteamentos irregulares e clandestinos ampliando e aprimorando o trabalho de regularização fundiária

Propostas:

- ❑ Incentivar a ocupação dos grandes espaços e vazios urbanos através de projetos de uso múltiplo, de forma a adensar a cidade e otimizar o uso da infraestrutura urbana já existente;
- ❑ Acelerar a urbanização de assentamentos informais consolidados com a simplificação, modernização e desburocratização dos processos;
- ❑ Priorizar efetivamente aprovação e produção de unidades de moradias de interesse social em regiões com infraestrutura pré-existente otimizando os

investimentos realizados e consolidando o adensamento urbano e a formação de centralidades;

- ❑ Elaborar projetos de regularização fundiária e de produção de moradias para remanejamento ou reassentamento de famílias utilizando-se de financiamento e fundos públicos, inclusive municipais, na busca de progressiva redução do déficit habitacional;
- ❑ Incentivos a projetos de *retrofit* de prédios no centro expandido revertendo a tendência de esvaziamento das áreas centrais, combatendo a degradação e insegurança;
- ❑ Da mesma forma, visando a revitalização da área central, articular com proprietários de prédios que estejam interessados e empresas a realização de *retrofit* para, em parcerias com a Prefeitura Municipal de Campinas, utilizá-los para aluguel social;
- ❑ Recuperar as áreas de matas ciliares com a remoção de famílias em áreas de risco e a transferência para moradias dignas em áreas de habitação de interesse social, onde haja boa oferta de infraestruturas e preferencialmente na mesma região em que residem, com adequadas condições de habitabilidade;
- ❑ Fortalecer ações que impeçam novas invasões e ocupações irregulares, especialmente do Grupo de Controle e Contenção de Ocupações, Parcelamentos Clandestinos e Danos Ambientais, coordenado pelo Gabinete do Prefeito;
- ❑ Priorizar os programas de assistência técnica à autoconstrução, de financiamento para reforma, ampliação e melhoria das edificações domiciliares, inclusive na área rural;
- ❑ Promover o equacionamento das áreas irregulares no entorno do Aeroporto de Viracopos, especialmente nas áreas sob a curva de ruído, com transparência e participação da população envolvida;
- ❑ Adotar e implementar estratégias locais de redução de riscos de desastres para a população geralmente mais afetada, objetivando uma política habitacional inclusiva, que proporcione que pessoas morem próximo ao trabalho, minimizando tempo e dinheiro gastos com transportes.

MEIO AMBIENTE, SANEAMENTO e INFRAESTRUTURA RESILIENTE

A Constituição de 1988 introduziu, pela primeira vez na história do País, um capítulo específico sobre meio ambiente, considerando-o como um "bem comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de preservá-lo para as gerações presentes e futuras".

O desenvolvimento sustentável teve papel de destaque nos últimos anos em Campinas, orientando várias políticas públicas municipais, para além da ambiental, visando fortalecer e efetivar as ações de preservação e conservação ambiental.

Para tanto, o planejamento ambiental foi primordial. Foram elaborados os Planos Municipais de Saneamento Básico, Recursos Hídricos, Verde e de Educação Ambiental, que têm orientado a implementação de diversos programas, tais como: o Pagamento por Serviços Ambientais - PSA Água, 380 ha e 26 nascentes recuperados; o Programa de Recuperação de Nascentes e Áreas Ciliares plantando 109.554 mudas em áreas rurais de Campinas e o programa de Saneamento Rural Sustentável, com a doação de mais de 220 sistemas de tratamento do esgoto sanitário para 100 proprietários rurais.

O Banco de Áreas Verdes, plantou mais de 400 mil árvores, principalmente nas Áreas de Preservação Permanente, visando a implantação do Programa de Corredores Ecológicos.

O Programa de Parques Lineares viabilizou 15 projetos básicos, 02 executivos e 01 parque em fase final de implantação. Foi realizado o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental de Campinas.

Além disso, foi realizado o Inventário Metropolitano de Gases de Efeito Estufa que orientou a elaboração do projeto de Lei da Política Municipal de Enfrentamento dos Impactos da Mudança do Clima e da Poluição Atmosférica de Campinas (em tramitação na Câmara Municipal), onde Campinas se compromete a reduzir em 32% a emissão de gases de efeito estufa no prazo de 40 anos.

A poluição do ar, causada principalmente pelos veículos, é um dos principais problemas ambientais presentes na maioria das grandes cidades do mundo, representando uma causa importante de aumento do número de mortes e internações hospitalares.

Propostas:

- ❑ Promover políticas públicas sustentáveis em todas as áreas: uma gestão ambiental integrada, participativa e transversal;
- ❑ Implementar os Programas e Ações decorrentes dos Planos Ambientais Municipais, instituídos por legislação específica;
- ❑ Adotar políticas e planos integrados (Política de Mudanças Climáticas, Plano Municipal de Saneamento, do Verde, de Prevenção de Riscos, de Macrodrenagem e de Assistência Social) para promover a inclusão, o uso eficiente dos recursos, a mitigação e a adaptação aos efeitos da mudança global do clima;
- ❑ Elaborar o plano de macrodrenagem que, de forma planejada, apresentará propostas de equacionamento dos problemas de enchentes, inundações e impermeabilização do solo;
- ❑ Promover a permeabilidade do solo através da implementação do conceito de cidade-esponja, que apresenta métodos que asseguram espaço e tempo para que a água seja absorvida, tais como: calçamentos permeáveis, telhados verdes, parques alagáveis, praças-piscina, passarelas suspensas. Esses mecanismos servem para enfrentar as chuvas mais volumosas e, também, armazenando água para utilização durante os períodos de estiagem;
- ❑ Promover políticas de incentivo tributários, inclusive IPTU Verde, e administrativos à construção de edificações sustentáveis e resilientes, com a ampliação de permeabilidade, telhados verdes, jardins verticais, reflorestamentos urbanos, dentre outros;
- ❑ Trabalhar para reduzir o impacto ambiental negativo per capita da cidade, prestando especial atenção à redução de emissões e qualidade do ar, ações de conservação do solo e da água, bem como à gestão do saneamento básico (água, resíduos sólidos e drenagem);
- ❑ Rever incentivos ou subsídios para atividades que gerem externalidades ambientais, impactos ambientais difusos decorrentes das atividades econômicas, e reestruturação dos sistemas tributários com apoio aos vínculos econômicos, sociais e ambientais positivos nas zonas urbanas e rurais;

- ❑ Incrementar e qualificar as áreas verdes;
- ❑ Consolidar a implantação plena da Usina Verde com o objetivo de processar os restos de frutas da Ceasa, o lodo de esgoto da Sanasa e os galhos, folhas e grama do Departamento de Parques e Jardins, para produção de adubo orgânico e tijolos ecológicos;
- ❑ Realizar a universalização do Saneamento Básico, abrangendo a área rural por meio de implantação de fossas sépticas e jardins filtrantes;
- ❑ Elaborar legislação que discipline usos e ocupações compatíveis com a zona rural, orientada pelos objetivos e diretrizes para o desenvolvimento rural e compatibilizadas com as diretrizes ambientais, com o intuito de promover segurança ao produtor rural;
- ❑ Qualificar as áreas rurais, de forma a garantir a conservação ambiental e o desenvolvimento econômico e social, como a implantação de saneamento adequado (fossas sépticas e jardins filtrantes), o estímulo ao turismo rural (como forma de gerar emprego e renda qualificados) e à pluriatividade agrícola (incluindo as feiras de produtores rurais), ao associativismo rural em microbacias hidrográficas, com destaque à agricultura familiar e orgânica;
- ❑ Incentivar práticas de reciclagem e de consumo consciente, com esses temas incluídos em programas, projetos e ações de educação ambiental;
- ❑ Fomentar o uso de recursos tecnológicos e urbanísticos, a exemplo da aplicação de práticas construtivas sustentáveis e uso de fontes energéticas alternativas, incentivadas pelos índices de sustentabilidade;
- ❑ Realizar inventário periódico e georreferenciado dos indivíduos da arborização urbana, visando maior controle e agilidade nos serviços de plantio e poda;
- ❑ Realizar o manejo de espécies exóticas;
- ❑ Fortalecer a fiscalização ambiental preventiva;
- ❑ Investir na redução do risco de desastres e aumentar a preparação para casos de desastres;
- ❑ Implantação de mais Centros de Educação Ambiental em parceria com a sociedade civil;

- ❑ Priorizar ações ambientais nas áreas de maior fragilidade, necessárias à conectividade de fragmentos florestais e passagem de animais silvestres (Corredores Ecológicos), e nas áreas de mananciais;
- ❑ Buscar alternativas para a regularização fundiária dos Parques Naturais Municipais;
- ❑ Instituição de sistema de gestão para as Unidades de Conservação;
- ❑ Viabilizar a construção da nova sede do Departamento de Proteção e Bem-Estar Animal, com estruturas adequadas para atendimento, recepção e acolhimento dos animais;
- ❑ Estruturar a medicina veterinária preventiva para os cães e gatos do município através do atendimento em ambulatórios móveis;
- ❑ Criar e gerir biobancos de materiais biológicos de animais silvestres realizando um repositório destes de forma a propiciar estudos prospectivos e retrospectivos envolvendo patógenos e genética de populações;
- ❑ Criar e gerir projetos de conservação utilizando animais cativos para recuperar espécies extintas ou ameaçadas de extinção na região;
- ❑ Iniciar o atendimento de Animais Silvestres vítimas de ações antrópicas através da operacionalização de um Centro de Recuperação e Soltura de Animais Silvestres (CRAS);
- ❑ Operacionalizar atividades educativas e de conservação das espécies de abelhas brasileiras (espécies sem ferrão) de forma a recolocá-las em áreas recuperadas;
- ❑ Promover programas de eficiência energética, cogeração de energia e energias renováveis em edificações, iluminação pública e transportes;
- ❑ Implantação de energia solar nos próprios públicos, ou em áreas disponíveis para abatimento das contas de energia dos prédios municipais;
- ❑ Implantação de sistema de monitoramento e fiscalização de áreas de proteção ambiental do município com uso de drones que permitam varredura de maior área com custos mais baixos e em parceria com instituições de ensino e pesquisa do município;
- ❑ Implantar políticas de despoluição dos rios, com prioridade ao projeto regional de recuperação do ribeirão Quilombo (coordenado pelo Consórcio PCJ) e

promover o monitoramento da qualidade e quantidade de água dos corpos hídricos;

- ❑ Implantar o monitoramento das emissões de poluentes do ar da frota circulante, através de medições à distância por sensoriamento remoto, visando a orientação aos munícipes quanto à necessidade de manutenção.

SEGURANÇA PÚBLICA

As ações de polícia são de competência do Estado ou da União, conforme a Constituição Federal. Dessa forma, a responsabilidade dos municípios quando se trata de segurança pública é restrita, uma vez que os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

A lei federal 13.022/2014 regulamenta as ações preventivas das guardas municipais e menciona a integração com outros setores da prefeitura e com políticas sociais. E diante dos desafios de segurança pública e do escasso contingente de polícias estaduais e federais, a atuação da guarda municipal deve ser direcionada para a defesa da cidadania e bem-estar da população mediante instrumentos de cooperação e integração.

Os Conselhos de Segurança Pública consistem em instrumentos importantes de articulação e diálogo com a comunidade e as polícias no combate à criminalidade. Outro instrumento a ser reforçado é a Central Integrada de Monitoramento de Campinas - CIMCamp, que integra vários órgãos municipais – Guarda Municipal, EMDEC, SAMU, Setec, Defesa Civil - e parceiros como a UNICAMP, com o objetivo de otimizar esforços para combater infrações no território.

Propostas:

- ❑ Otimizar política pública de segurança, com instrumentos de gestão: órgão gestor, conselho atuante, fundo e plano municipais de segurança e da guarda municipal;
- ❑ Promover policiamento de proximidade, na proteção dos equipamentos públicos municipais, cidadania e bem-estar das comunidades, mediante cooperação com as polícias estadual e federal, para otimização das rondas de patrulhamento nos bairros com maior incidência de tráfico de entorpecentes, de roubo e furto de veículos e a exploração da prostituição, visando o combate mediante ações conjuntas e articuladas;

- ❑ Ampliar a estrutura do CIMCamp, com aumento do número de câmeras de monitoramento e vigilância inteligentes, com capacidade de reconhecimento facial ligado ao Sistema Detecta e banco de dados de criminosos espalhadas por toda Campinas, prioritariamente nas áreas de maior índice de criminalidade e de maior circulação de pessoas, acompanhando em tempo real a cidade e auxiliando as polícias a prenderem em flagrante os criminosos e gerar arquivos de imagens que possam ser utilizados na identificação destes;
- ❑ Aumentar a frequência de rondas preventivas pelas viaturas da GM, sobretudo em áreas de maior necessidade, prioritariamente próximo a bens públicos municipais e nas portas de escolas na hora da entrada e da saída dos alunos;
- ❑ Instalar câmeras para monitoramento interligadas ao CIMCamp, conectadas a alarmes sonoros acionados à distância para a vigilância noturna;
- ❑ Priorizar a implantação de espaços públicos coletivos de lazer e contemplação, com atividades culturais e priorizando os parques lineares urbanos, agregando segurança ativa (polícia em parceria com a guarda municipal) à segurança passiva - os próprios cidadãos, mobilizados pelos Conselhos de Segurança Pública (CONSEGs) com o objetivo de promover a acessibilidade, iluminação e uso qualitativo dos espaços públicos;
- ❑ Ampliar políticas públicas voltadas à juventude e à prevenção da violência nas escolas com ênfase da prevenção e punição a violência e abusos contra jovens negros nas periferias;
- ❑ Estímulo a programas de denúncia e acompanhamento de famílias com histórico de violência doméstica;
- ❑ Elaborar de forma participativa plano para rever a atuação da GM, a fim de garantir ação próxima à comunidade, preventiva e descentralizada, de forma atenciosa;
- ❑ Estabelecer interlocução para o aparelhamento e o financiamento dessa estrutura com o intuito de obter repasses de fundos do Governo Federal e Estadual, a exemplo do que ocorre nas áreas de Saúde, Educação, e Assistência Social;
- ❑ Em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, manter atualizado o cadastro dos moradores de rua da região central e promover sua reinserção

social, retirando-os da situação de risco e equacionando a insegurança e outros impactos aos moradores e comerciantes da região central da cidade;

- ❑ Dar prosseguimento à Parceria Público Privada-PPP da iluminação para fazer chegar iluminação ampliada, eficiente e econômica aos principais viários, inclusive nos bairros mais distantes, contribuindo para maior segurança;
- ❑ Ampliar assistência às mulheres vítimas e a prevenção da violência doméstica contra crianças, adolescentes, idosos, bem como a decorrente à identidade de gênero e de intolerância religiosa;
- ❑ Incentivar a participação das comunidades nos conselhos de segurança (CONSEGs), através da melhoria na solidariedade entre vizinhos (Vizinhança Solidária);
- ❑ Aprimorar o currículo dos nossos Guardas Municipais visando uma atuação mais abrangente e de interface com políticas públicas da Assistência Social;
- ❑ Unificar ou fazer interfaces entre os bancos de dados da segurança federal, estadual e municipal com os órgãos da prefeitura;
- ❑ Buscar a implantação das bases da Guarda Municipal em bairros da periferia;
- ❑ Capacitar constantemente os servidores da prefeitura para identificar vítimas de violência e abuso doméstico;
- ❑ Buscar oferecer meios com tecnologia e aplicativos para que mulheres, jovens negros e minorias ameaçadas de violência possam se comunicar rapidamente com as polícias e a Guarda Municipal.

ESPORTE E LAZER

Vivemos atualmente um período de grandes e rápidos avanços tecnológicos, visando cada vez mais o conforto e a comodidade do ser humano. Nossa geração vem se transformando em uma sociedade mais tecnológica a cada dia.

A própria pandemia vem inserindo milhões de pessoas neste mundo de conexões virtuais. Se por diversos aspectos isso é positivo, existe também o outro lado. Passamos a enfrentar problemas que anteriormente eram menos presentes, dentre os quais o aumento do sedentarismo.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), desde 1975 a obesidade praticamente triplicou em todo o mundo. Estudo divulgado em 2016 aponta que 650 milhões de pessoas adultas (acima de 18 anos) no mundo são obesas, o que corresponde a 13% dessa população mundial e que se mantivermos o ritmo atual de aumento, essa proporção será de 20% em 2025.

No contexto da prática de atividade física associada à saúde, dados divulgados pela OMS demonstram que a cada 1 dólar investido em esporte, retorna uma economia de 3,20 dólares em saúde, nos mostrando que políticas públicas voltadas para investimento no esporte e atividade física, geram indivíduos mais saudáveis e contribui para diminuir os gastos em saúde pública.

Da mesma forma, cada 2 dólares gastos em esporte proporcionam uma economia de 4 dólares em segurança, o que tem relação direta com os valores difundidos pelo esporte e com o rompimento das barreiras da desigualdade econômica.

Ainda, um estudo da Universidade de Auckland (Nova Zelândia), conduzido pelos pesquisadores Alexandra Macmillan e Alistair Woodward, aponta que para cada 1 dólar investido em ciclovias se economizam até 24 dólares no conjunto de saúde, poluição e tráfego.

Além disso, sempre precisamos lembrar que o Esporte é um meio de socialização e resgate de valores sociais, éticos e morais e, nesse caso, o retorno à sociedade não pode ser contabilizado em dólares.

Um outro importante ponto a ser considerado é que a Educação e Esporte são indissociáveis. Entendemos que levar o Esporte para dentro da escola é um fator necessário para o integral desenvolvimento humano, aliado também à Cultura.

O Plano Diretor de Campinas estabelece que a Política Municipal de Esporte e Lazer tem como fundamento desenvolver e gerenciar ações que possibilitem práticas esportivas, de lazer, protagonismo juvenil, promoção da saúde e inclusão do idoso e da pessoa com deficiência por meio da atividade física e sociabilização. Esse é o caminho para uma Campinas mais saudável.

Propostas:

- ❑ Aperfeiçoar a política esportiva municipal objetivando a melhoria da qualidade de vida da população, através dos benefícios físicos e emocionais resultantes dos hábitos esportivos;
- ❑ Garantir, em articulação com o sistema informacional único de indicadores (IMG), o monitoramento da efetividade das políticas de esporte e lazer, inclusive em relação aos impactos de redução na utilização do Sistema Municipal de Saúde;
- ❑ Promover a ampla divulgação dos equipamentos esportivos e modalidades ofertados pelo governo municipal de forma ativa e transparente, bem como campanhas de combate ao sedentarismo e incentivo às caminhadas em trechos curtos que evitem o uso de veículos motorizados;
- ❑ Prosseguir com investimentos para a revitalização de espaços existentes para a prática de esporte e lazer da população;
- ❑ Ampliar o programa de instalação de academias em praças, buscando atender a população jovem e adulta com aparelhos para prática de musculação;
- ❑ Revitalizar as estruturas públicas para esporte e lazer já existentes, incluindo iluminação, pintura, funcionamento dos equipamentos;
- ❑ Readequar as estruturas físicas dos equipamentos esportivos em consonância com a Lei de Acessibilidade;

- ❑ Ampliar as parcerias com instituições particulares de esporte, com os clubes, com a Associação de Presidentes das Entidades Sociais Esportivas de Campinas, bem como com as Universidades que possuem em sua grade Educação Física, com estagiários para orientar as práticas esportivas em praças e outros espaços públicos;
- ❑ Incentivar academias ou empresas a adotarem praças esportivas para instalação de equipamentos de musculação ao ar livre, tendo como contrapartida a possibilidade de publicidade da sua marca;
- ❑ Fomentar a prática da atividade física nas escolas, propiciando maior capacidade de aprendizagem em sala de aula, desenvolvendo outras aptidões, melhorando o comportamento, o desempenho escolar, e agregando valores éticos e morais aos estudantes;
- ❑ Disponibilizar espaços comuns das escolas municipais para a prática de atividades esportivas orientadas, lúdicas e de qualidade à comunidade, fomentando a participação das famílias aos finais de semana e nos períodos noturnos;
- ❑ Aumentar o número de modalidades esportivas gratuitas à população;
- ❑ Ampliar a oferta de atividades acessíveis para os idosos permanecerem ativos (como áreas para andar e parques seguros), de forma a evitar sedentarismo e aumentar suas imunidades às doenças;
- ❑ Estimular a prática de atividades físicas e esportivas entre crianças e adolescentes, principalmente nas comunidades mais vulneráveis, como forma de inclusão social;
- ❑ Garantir espaços seguros às crianças e mulheres para a prática esportiva e incentivar campeonatos femininos;
- ❑ Proporcionar incentivo para realização de eventos esportivos e campeonatos no município, inclusive àqueles voltados para mulheres, deficientes físicos e idosos, através de parcerias com entidades esportivas e patrocínio de empresas;
- ❑ Implantar o Plano Ciclovitário como forma de promover a micromobilidade e a prática de esportes;
- ❑ Consolidar a utilização do Centro Esportivo de Alto Rendimento (CEAR) para que exerça sua vocação como formador de atletas profissionais;

- ❑ Consolidar a imagem do Esporte campineiro criando sua identidade visual e estratégias de divulgação em parceria com empresas e entidades;
- ❑ Garantir a promoção e a realização de uma agenda ativa de eventos esportivos de diversas modalidades de forma descentralizada por toda cidade;
- ❑ Incentivar parcerias com clubes que possuam modalidades esportivas nas quais se destaquem a fim de levar a prática para comunidades carentes;
- ❑ Em parceria com as universidades, elaborar projetos que visem a intensificação das atividades esportivas e envolvam seus alunos, cumprindo as horas de estágio obrigatórias.

CULTURA

Campinas tem uma história rica em Cultura. Seja através de nomes como Carlos Gomes e Guilherme de Almeida, seja pela existência de uma das mais antigas orquestras sinfônicas em atividade no país, seja por seus artistas locais ou pela quantidade e qualidade de eventos que realiza e pode realizar.

A Cultura em uma cidade sede de região metropolitana é naturalmente dotada de expressivo potencial. Isso, além de privilégio, é uma grande responsabilidade. Assim, precisamos sempre pensar para além de nossos limites municipais.

Um outro importante ponto a ser considerado é que a Educação e Cultura são indissociáveis. Entendemos que levar Cultura para dentro da escola é um fator necessário para o integral desenvolvimento humano, aliado também ao Esporte.

Trabalharemos para que Campinas seja mais culta, atrativa e sustentável, valorizando sua história e cultura, seus marcos, patrimônios e tradições, consolidando-se como referência de uma região que influencia rica e positivamente para muito além de suas fronteiras.

Propostas:

- ❑ Elaborar a Política Municipal de Cultura, o Plano Municipal de Cultura;
- ❑ Definir os indicadores culturais, de forma interligada ao sistema informacional (IMG) e à Central de Inteligência com vistas à Gestão por Metas e Indicadores;
- ❑ Fomentar o turismo cultural fortalecendo o turismo do patrimônio cultural imaterial, o programa de fomento, apoio e divulgação do Calendário Municipal de Festas, Manifestações, Celebrações e Rituais da Cultura Popular, em articulação com a região metropolitana;
- ❑ Resgatar a importância dos legados de Guilherme de Almeida e Carlos Gomes para Campinas e região;
- ❑ Promover a integração das atividades culturais no âmbito da RMC, construindo o Mapa Cultural da Região Metropolitana de Campinas, por meio de uma Comissão Regional e fortalecendo Carlos Gomes como um ícone da música brasileira;

- ❑ Elaborar Projeto de Lei de Financiamento à Cultura para incentivar iniciativas e espaços culturais, garantindo para tanto ao menos 1,5% do Orçamento Municipal à Cultura;
- ❑ Aprimorar e divulgar o circuito cultural para as escolas, envolvendo visitas aos museus e casas culturais da cidade, e ampliar as oficinas culturais com ações descentralizadas e de referência;
- ❑ Consolidar a Cultura de forma indissociável com a Educação;
- ❑ Aos moldes do que acontecia com grande êxito no passado, através do canto coral, levar o ensino de música às escolas municipais;
- ❑ Fortalecer programas culturais nas escolas abertos às famílias e à comunidade, e incentivar o ensino de música nas escolas municipais no currículo ou no contra turno;
- ❑ Trabalhar para melhorar a manutenção e buscar a adequação dos espaços públicos culturais (museus, bibliotecas, casas de cultura, teatros), tornando-os devidamente equipados e acessíveis à população;
- ❑ Disponibilizar o acervo da produção cultural local através de plataformas digitais;
- ❑ Ampliar a disponibilização do acesso às atividades culturais, intensificando as parcerias com entidades e empresas, visando atender as demandas culturais dos diferentes estratos da população;
- ❑ Viabilizar a implantação dos distritos criativos, que visam fomentar a economia criativa, valorizando capital intelectual e cultural, os costumes, a herança urbana e a convivência social, gerando valor econômico, empregos, diversidade cultural de desenvolvimento humano;
- ❑ Estabelecer parcerias com instituições de promoção e desenvolvimento da economia criativa;
- ❑ Fomentar a realização de atividades culturais na cidade, especialmente as ações da sociedade civil;
- ❑ Acompanhar e articular para a cidade programações culturais previstas para as capitais dos Estados;
- ❑ Consolidar programa de estímulo à leitura;

- ❑ Valorizar artistas locais, abrindo oportunidades para suas apresentações ao público, ou para exposição de suas produções artísticas, buscando amenizar os impactos econômicos do coronavírus;
- ❑ Ampliar as feiras culturais e gastronômicas em espaços históricos e estratégicos a serem valorizados com exploração democrática do espaço comercial;
- ❑ Apoiar concursos literários, folclóricos, de canto e de dança, entre outros;
- ❑ Reformar o Centro de Convivência e Cultura de Campinas Carlos Gomes;
- ❑ Retomar o projeto do Teatro de Ópera, enquanto Complexo Cultural Regional, e buscar viabilizá-lo por meio de Parceria Público Privada;
- ❑ Intensificar a publicação de editais de forma a promover a vida cultural e dar conteúdo à promoção da cultura e à ocupação dos equipamentos públicos;
- ❑ Instalar nossas bibliotecas municipais, quando possível, em prédios históricos, equipando-os com lojas de conveniência, a fim de valorizá-los e incentivar a leitura, a pesquisa e os estudos;
- ❑ Ampliar os horários de atendimento das bibliotecas municipais, modernizar as áreas administrativas e tecnológicas, reativar e ampliar as bibliotecas móveis, contratar oficineiros, artistas e/ou agentes culturais comunitários para a realização de atividades nesses espaços;
- ❑ Garantir a conservação, catalogação, disponibilização e acesso virtual dos acervos dos museus;
- ❑ Garantir a pesquisa e divulgação do acervo cultural dos museus e de instituições parceiras para maior divulgação das exposições e atividades dos museus à população;
- ❑ Consolidar a valorização da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas, com condições cada vez melhores ao desenvolvimento de suas atividades;
- ❑ Visando popularizar a música sinfônica, buscar a viabilização de festivais de música clássica em nossa região;
- ❑ Incentivar a formação das famosas corporações musicais do passado (e fomentar o trabalho das já existentes) através do estímulo aos alunos das redes pública e privada e de parcerias;

- ❑ Por meio de editais públicos e parcerias com instituições públicas e privadas, garantir uma programação cultural de qualidade, com o intercâmbio de espetáculos e festivais de linguagens artísticas diversas;
- ❑ Aprimorar o gerenciamento e fiscalização do estado de conservação de bens tombados (ou em estudo de tombamento);
- ❑ Instituir instrumentos de apoio ao manejo e conservação dos patrimônios naturais tombados;
- ❑ Fomentar pesquisas e ações voltadas à valorização da memória e do patrimônio cultural;
- ❑ Valorizar a participação do CONDEPACC, de forma mais efetiva.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Política de Assistência Social, como pilar do Sistema de Proteção Social, é um compromisso do Estado para com a sociedade, especialmente para com a população em situação de vulnerabilidade social. Como um sistema único, fundado em marcos legais, não se confunde com clientelismo, assistencialismo, caridade ou ações pontuais, que nada têm a ver com políticas públicas continuadas que visam efetivar e afiançar as seguranças de renda, acolhida, sobrevivência, convívio, auxílio e autonomia dos usuários.

A Assistência Social é concebida como um sistema descentralizado e participativo, que tem, no compartilhamento da responsabilidade do financiamento pelas esferas Federal, Estadual e Municipal, o seu esteio administrativo. O reconhecimento das demandas regionais e culturais no âmbito dos municípios, é o reconhecimento do ente municipal como o chão desta política pública, no enfrentamento às desigualdades sócio territoriais na sua configuração.

Neste Plano para a Política Municipal de Assistência Social, a ampliação e qualificação da rede de serviços públicos e privados do SUAS Municipal, com vistas a conferir maior eficiência, eficácia e efetividade no atendimento e garantia de direitos aos usuários se coloca como um norte, desenvolvido em eixos estratégicos, para o aprimoramento da Gestão desta política pública.

Portanto, as seguintes propostas, buscam refletir as demandas presentes na cidade e que dizem respeito à expressiva parcela da população campineira em vulnerabilidade social, assim como a construção de ações posteriores ao Covid-19, visando a absorção dos impactos sociais decorrentes da crise econômica acentuada e do isolamento social e tem ainda como fundamento nossa responsabilidade política na consolidação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

As políticas públicas em Direitos Humanos tiveram expressivo avanço nos últimos anos no município, entretanto, esses direitos elementares exigem aperfeiçoamento constante, sendo necessários novos avanços para a universalização desses direitos no território campineiro, considerando sua população social, racial, econômica e culturalmente diversa.

Os princípios históricos dos Direitos Humanos são orientados pela afirmação do respeito ao outro e pela busca permanente da paz. Paz que, em qualquer contexto, sempre tem seus fundamentos na solidariedade e nos pilares da justiça e da igualdade. Dessa forma, a consolidação de uma cultura pacífica e de valores de participação social na garantia dos direitos humanos torna-se, no cenário pós-pandemia, vital para a sobrevivência da civilização humana.

Campinas, metrópole de valor simbólico e estratégica no cenário nacional e continental, deve conjugar as características de projeção de maior alcance econômico e de qualidade de vida, com a necessária correlação com a produção de melhores índices sociais que erradiquem as desigualdades estruturantes, que atingem a população negra, idosa, de pessoas com deficiência, LGBT, imigrantes e refugiados, jovens, mulheres, crianças e adolescentes.

Assim, a Política Municipal de Direitos Humanos deve considerar que a universalidade de direitos estabelece que a condição de existir como ser humano é requisito único para a titularidade desses direitos. É na indivisibilidade dos direitos econômicos, sociais e culturais que se encontra a condição interdependente e inter-relacionada, sem a qual, há violação de direitos e a ruptura do pacto social.

A séria crise de saúde, motivada pelo COVID -19, em todo o mundo, também têm trazido consequências nefastas para a população em situação de vulnerabilidade social e nutricional. No Brasil, país de dimensões continentais e pluralidade regional, que lida com desigualdades históricas, a pandemia tem deixado clara a urgência na visibilidade e avanços na política de segurança alimentar.

A Política de Segurança Alimentar Nutricional em Campinas ganhou contornos legais e estruturais importantes, que permitiram a implantação de políticas continuadas de acesso a alimentos saudáveis por parte da população em pobreza e extrema pobreza.

Apesar disso, aponta-se a necessidade de aprimorar o conjunto de ações e programas de segurança alimentar já existentes no município, e realizar a implementação de novos, de forma a contribuir para a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais, com modelos fundados em ações justas e sustentáveis.

Propostas:

- ❑ Aperfeiçoar os instrumentos de controle socioassistencial, a fim de promover um diagnóstico que contemple um olhar global da família e do seu entorno, com o objetivo de conceder apoio adequado àqueles que comprovadamente necessitem, acompanhando e divulgando os resultados obtidos, com objetivo de os programas se moldarem às situações regionais e conseguirem as melhorias pretendidas;
- ❑ Unificação dos limites e denominação regional e distrital no âmbito das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, e instituição formal de intersetoriais regionais, em integração com as Políticas de Educação, Saúde, Trabalho, Habitação, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Segurança Alimentar, Meio Ambiente, dentre outras, de modo a permitir o acesso aos direitos sociais básicos e a ampliação de oportunidades às famílias pobres e marcadas por vulnerabilidades e violação de direitos;
- ❑ Trabalhar para a qualificação das pessoas atendidas por bolsa família ou cartão nutrir no sentido de ampliar as suas possibilidades de obter renda e se chegar à desvinculação da família atendida por terem conquistado condições próprias de se manter e evoluir;
- ❑ Trabalhar para eliminar a pobreza extrema e reduzir as vulnerabilidades sociais em 50% da situação encontrada durante os quatro anos de governo, a partir do diagnóstico e dos indicadores inicialmente definidos;
- ❑ Garantir o aprimoramento de legislação municipal que permita o exercício da função de pedagogo em serviços de acolhimento de crianças e adolescentes, pelos profissionais da educação;
- ❑ Buscar a recomposição do quadro de recurso humanos, por meio de convocação dos concursos públicos, processos seletivos vigentes, e contratações, para as equipes de referência dos serviços socioassistenciais e serviços de apoio;
- ❑ Buscar recursos, convênios e parcerias para a revitalização, modernização e manutenção da infraestrutura física, de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos e de TI das unidades de serviços públicos socioassistenciais;

- ❑ Implementação de mecanismo de avaliação de padrão de qualidade dos serviços do SUAS Municipal;
- ❑ Ampliar a oferta dos serviços dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), aproveitando as instalações das comunidades e entidades religiosas e do terceiro setor, usando as equipes hoje existentes na Secretaria - através da divisão dos atendimentos da manhã e da tarde -, dobrando assim nossa capacidade de oferta de serviços de forma descentralizada;
- ❑ Ampliar a atuação das equipes volantes e de abordagem social, básicas e especializadas, nos territórios com alto índice de violência, pobreza e de desproteção social;
- ❑ Em parceria com as equipes do Programa Saúde da Família da Secretaria de Saúde, aperfeiçoar o Serviço de Proteção Básica no Domicílio para Pessoas Idosas e para Pessoas com Deficiência através de atendimentos conjuntos;
- ❑ Da mesma forma, com o foco voltado para a Primeira Infância, desenvolver parceria com a Secretaria da Saúde, com o intuito de ampliar a eficácia e o alcance do Programa de Fortalecimento de Vínculos e o pleno desenvolvimento das crianças;
- ❑ Consolidar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de 0 a 6 anos em conjunto com a Secretaria de Educação, atuando ativamente para restabelecer o convívio de crianças junto a família biológica, promovendo todos os esforços possíveis para que essas não sejam abrigadas pelo poder público, uma vez que isso é mais uma violação na formação delas;
- ❑ Consolidar na área central os equipamentos que atendam as pessoas em situação de rua, priorizando as instalações em imóveis próximos e de propriedade pública;
- ❑ Consolidação dos Serviços de Acolhimento Familiar, Acolhimento de Pessoas Idosas, Crianças e adolescentes;
- ❑ Consolidação dos serviços, em conjunto com a Secretaria da Saúde, de Casas de Cuidados para Pessoas Adultas e para Crianças e Adolescentes;
- ❑ Consolidação dos serviços do Centro-Dia da Pessoa com Deficiência;
- ❑ Otimizar o quadro de recursos humanos, por meio da readequação das funções das equipes de referência dos serviços da assistência social;

- ❑ Implementar os Núcleos de Justiça Restaurativa, no âmbito do Programa de Justiça Restaurativa;
- ❑ Garantir a articulação com o sistema informacional único de indicadores (IMG), para gestão por metas e indicadores com dados sobre Direitos Humanos, sempre atualizados e desdobrados no território;
- ❑ Criar selo municipal de Cultura de Paz e Direitos Humanos, a ser concedido às entidades públicas e privadas que comprovem atuação destacada na defesa e promoção dos direitos fundamentais;
- ❑ Implementar a área de Educação Permanente em Cultura de Paz e Direitos Humanos;
- ❑ Implementação do Museu da Paz no Parque Ecológico;
- ❑ Implementar, ampliar e qualificar projetos, programas e serviços para crianças e adolescentes;
- ❑ Ampliar a oferta de parques inclusivos para crianças com e sem deficiência nas 5 regiões Administrativas da cidade;
- ❑ Ampliar a oferta do Programa a Paz em Língua de Brincar;
- ❑ Otimizar o Programa Juventude Conectada, promovendo uma maior conexão e mais ampla prestação de serviços à população;
- ❑ Implementar programa de prevenção à violação de direitos da juventude negra;
- ❑ Consolidação da oferta da Central de Interpretação de Libras (CIL);
- ❑ Garantir a acessibilidade comunicacional, visual e física no âmbito da Administração Pública;
- ❑ Consolidar a oferta do Programa de Empregabilidade para Pessoas com Deficiência;
- ❑ Implementar o Programa Calçadas levando acessibilidade às calçadas da cidade de forma econômica, ecológica e padronizada, utilizando, para isso, tijolos ecológicos fornecidos pela Usina Verde com baixo-custo, desde que instalados pelas cooperativas de mão-de-obra associadas ao programa que terão como objetivo amenizar o desemprego gerado pelo coronavírus;
- ❑ Implementar Centro-Dia do Idoso;
- ❑ Estruturar espaços de acolhimento e convívio para a população idosa em parceria com o programa estadual *Vila Dignidade*;

- ❑ Ampliar políticas públicas que assegurem os direitos sexuais, com formulação e implementação de ações de combate à homofobia e de promoção da cidadania e dos direitos humanos da população LGBT com ações e projetos nas áreas de saúde, assistência social, educação, trabalho e segurança;
- ❑ Em conjunto com o órgão municipal de relações internacionais, aprofundar as parcerias com os representantes diplomáticos a fim de promover a integração cultural e econômica aos imigrantes e refugiados desses países;
- ❑ No âmbito das políticas públicas da Mulher, consolidar a oferta do Serviço de Reeducação do Autor de Violência, implementar Programa de Empregabilidade para Mulheres Vítimas de Violência e promover debates e atividades que gerem a conscientização sobre os temas relacionados;
- ❑ Ampliar o debate e as ações afirmativas na busca por conscientização dos preconceitos inerentes à pessoa humana, a fim de construir pontes que, efetivamente, aproximem as realidades de negros, brancos, asiáticos, indígenas, entre outros, promovendo a superação do abismo racial a partir de políticas públicas;
- ❑ Integrar políticas de geração de emprego e renda e políticas sociais para o combate à pobreza, inclusive de grupos mais vulneráveis;
- ❑ Ampliar a oferta do Cartão Nutrir como medida integrante das ações de combate aos efeitos sociais da pandemia;
- ❑ Fomentar os conhecimentos da agroecologia familiar e produtos orgânicos, de acordo com as necessidades da alimentação escolar e com as demandas locais, instruindo as comunidades na formação de cooperativas para participar das licitações da merenda escolar;
- ❑ Consolidar o programa de hortas comunitárias em áreas públicas ou particulares, mediante incentivos, e em parceria com o Departamento de Parques e Jardins e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- ❑ Implementar Laboratório de Tecnologia Social em Segurança Alimentar, visando a instituição de processos permanentes de educação, capacitação e desenvolvimento de pesquisas voltadas ao direito à alimentação adequada e saudável e em segurança alimentar e nutricional;

- ❑ Fortalecer as ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção em saúde, de modo articulado às demais políticas de segurança alimentar e nutricional;
- ❑ Aprimorar a execução do Programa Municipal Banco de Alimentos.